



FUNDAÇÃO SILIUS



Relatório Anual

2013



FUNDAÇÃO SILIUS

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
Balanco Patrimonial - Consolidado em R\$ Mil.....	01
Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social - Consolidado em R\$ Mil.....	02
Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	02
Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil...03	
Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	03
Demonstração do Ativo Líquido - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil.....	04
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada em R\$ Mil.....	05
Demonstração das Provisões Técnicas - Plano de Benefícios I em R\$ Mil.....	06
Demonstração das Provisões Técnicas - Plano Ex-Autárquicos de Benefício em R\$ Mil.....	07
Notas Explicativas.....	08
Relatório dos Auditores Independentes.....	21
Parecer Atuarial - Plano de Benefícios I e Plano Ex-Autárquicos de Benefício.....	23

ANEXOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - 2013.....	28
Resumo da Política de Investimentos - 2014.....	30



FUNDAÇÃO SILIUS

Demonstrações Contábeis Exercício de 2013

APRESENTAÇÃO

Tendo em vista as disposições contidas no seu Estatuto e Regulamento, a Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social – SILIUS apresenta aos seus Participantes e aos seus Patrocinadores o Relatório de Atividades do exercício de 2013, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – Plano de Benefícios I, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Benefícios I, Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Ex-Autárquicos de Benefício, Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer Atuarial.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM R\$ MIL

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	793	68	EXIGÍVEL OPERACIONAL	107	171
			Gestão Previdencial	5	-
REALIZÁVEL	32.083	32.924	Gestão Administrativa	33	60
Gestão Previdencial	727	176	Investimentos	70	111
Gestão Administrativa	422	436			
			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.214	1.664
INVESTIMENTOS	30.934	32.312	Gestão Previdencial	1.184	866
Fundos de Investimento	29.219	31.522	Gestão Administrativa	345	293
Investimentos Imobiliários	1.572	647	Investimentos	685	505
Depósito Judiciais/Recursais	143	143			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	30.584	31.199
PERMANENTE	31	42	Patrimônio de Cobertura do Plano	30.100	30.738
Imobilizado	28	34	Provisões Matemáticas	39.876	24.100
Intangível	3	8	Benefícios Concedidos	76.129	72.996
			Benefícios a Conceder	5.266	9.970
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(41.519)	(58.866)
			Equilíbrio Técnico	(9.776)	6.638
			Resultados Realizado	(9.776)	6.638
			Superávit Técnico Acumulado		6.638
			Déficit Técnico Acumulado	(9.776)	
			FUNDOS	484	461
			Fundos Administrativos	484	461
TOTAL DO ATIVO	32.906	33.034	TOTAL DO PASSIVO	32.906	33.034

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	31.199	28.717	8,64%
1. Adições	9.087	10.796	-15,83%
(+) Contribuições Previdenciais	7.968	7.591	4,97%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	1.864	-100,00%
(+) Receitas Administrativas	1.096	1.318	-16,81%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	23	23	1,95%
2. Destinações	(9.702)	(8.314)	16,70%
(-) Benefícios	(7.808)	(6.750)	15,68%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(498)	-	0,00%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(300)	(246)	0,00%
(-) Despesas Administrativas	(1.096)	(1.318)	-16,81%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo do Patrimônio Social (1+2)	(615)	2.482	-124,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	15.776	(3.154)	-600,19%
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	(16.414)	5.613	-392,43%
(+/-) Fundos Administrativos	23	23	0,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	30.584	31.199	-1,97%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS I

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	29.458	27.123	8,61%
1. Adições	7.813	9.180	-14,89%
(+) Contribuições	7.349	8.059	-8,81%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	1.831	-100,00%
2. Destinações	(8.457)	(6.845)	23,55%
(-) Benefícios	(7.732)	(6.679)	15,77%
(-) Resultado negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(484)	-	0,00%
(-) Constituição de contingências - Gestão Previdencial	(241)	(166)	45,44%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(644)	2.335	-127,59%
(+/-) Provisões Matemáticas	15.792	(3.320)	-575,66%
(+/-) (Déficit) Superávit Técnico do Exercício	(16.436)	5.655	-390,65%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	28.814	29.458	-2,19%
C) Fundos não previdenciais	451	429	5,16%
(+/-) Fundos Administrativos	451	429	5,16%

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.280	1.156	10,73%
1. Adições	155	275	-43,72%
(+) Contribuições	155	242	-36,04%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	33	-100,00%
2. Destinações	(148)	(151)	-1,68%
(-) Benefícios	(76)	(71)	7,38%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(14)	(80)	-82,63%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(58)	-	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6	124	-94,90%
(+/-) Provisões Matemáticas	(16)	166	-109,64%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	22	(42)	-152,38%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.286	1.280	0,49%
C) Fundos Não previdenciais	33	32	3,62%
(+/-) Fundos Administrativos	33	32	3,62%

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
DO PLANO DE BENEFÍCIOS I**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	30.982	31.197	-0,69%
Disponível	688	10	6780,12%
Receável	1.094	529	106,74%
Investimento	29.201	30.658	-4,75%
Fundos de Investimento	27.492	29.877	-7,98%
Investimento Imobiliário	1.570	642	144,49%
Depósitos Judiciais/Recursais	139	139	-0,14%
2. Obrigações	1.718	1.310	31,12%
Operacional	70	102	-31,62%
Contingencial	1.648	1.208	36,42%
3. Fundos Não Previdenciais	451	429	5,16%
Fundos Administrativos	451	429	5,16%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	28.814	29.458	-2,19%
Provisões Matemáticas	38.747	22.955	68,80%
Superávit/Déficit Técnico	(9.933)	6.503	-252,74%

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
DO PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	1.545	1.484	4,14%
Disponível	3	6	-53,40%
Recebível	118	108	9,26%
Investimento	1.425	1.370	3,99%
Fundos de Investimento	1.418	1.361	4,22%
Investimento Imobiliário	2	5	-55,03%
Depósitos Judiciais/Recursais	4	4	1,72%
2. Obrigações	226	172	31,41%
Operacional	5	9	-46,92%
Contingencial	221	163	35,73%
3. Fundos Não Previdenciais	33	32	3,62%
Fundos Administrativos	33	32	3,62%
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.286	1.280	0,49%
Provisões Matemáticas	1.129	1.145	-1,40%
Superávit/Déficit Técnico	157	135	16,30%

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE
GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	461	438	5,25%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.120	1.341	-16,49%
1.1. Receitas	1.120	1.341	-16,49%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.096	1.318	-16,81%
Resultado Positivo dos Investimentos	23	23	1,95%
2. Despesas Administrativas	1.096	1.318	-16,81%
2.1. Administração Previdencial	650	794	-18,09%
Pessoal e encargos	388	409	-5,11%
Viagens e estadias	2	1	142,14%
Serviços de terceiros	149	265	-43,66%
Despesas gerais	100	108	-7,44%
Depreciações e amortizações	11	11	-4,15%
2.2. Administração dos Investimentos	446	524	-14,88%
Pessoal e encargos	266	281	-5,16%
Viagens e estadias	2		0,00%
Serviços de terceiros	102	161	-36,64%
Despesas gerais	69	74	-7,25%
Depreciações e amortizações	7	8	-9,51%
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	23	23	1,95%
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	23	23	1,95%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	484	461	5,09%

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
DO PLANO DE BENEFÍCIOS I**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	30.532	30.768	-0,77%
1. Provisões Matemáticas	38.747	22.955	68,80%
1.1. Benefícios Concedidos	75.292	72.189	4,30%
Benefício Definido	75.292	72.189	4,30%
1.2. Benefício a Conceder	4.435	9.076	-51,13%
Benefício Definido	4.435	9.076	-51,13%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(40.980)	(58.310)	-29,72%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(40.980)	(58.310)	-29,72%
(+/-) Patrocinador(es)	(40.980)	(58.310)	-29,72%
2. Equilíbrio Técnico	(9.933)	6.503	-252,74%
2.1. Resultados Realizados	(9.933)	6.503	-252,74%
Superávit técnico acumulado	-	6.503	-100,00%
Reserva de contingência	-	6.503	-100,00%
(-) Déficit técnico acumulado	(9.933)	-	0,00%
3. Exigível Operacional	70	102	-31,82%
3.1. Gestão Previdencial	5	-	0,00%
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	65	102	-36,69%
4. Exigível Contingencial	1.648	1.208	36,46%
4.1. Gestão Previdencial	973	710	37,12%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	675	498	35,52%

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS
DO PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO**

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	1.512	1.452	4,12%
1. Provisões Matemáticas	1.129	1.145	-1,38%
1.1. Benefícios Concedidos	837	807	3,74%
Benefício Definido	837	807	3,74%
1.2. Benefício a Conceder	831	894	-7,05%
Benefício Definido	831	894	-7,05%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(539)	(556)	-3,06%
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(539)	(556)	-3,06%
(+/-) Patrocinador(es)	(539)	(556)	-3,06%
2. Equilíbrio Técnico	157	135	16,30%
2.1. Resultados Realizados	157	135	16,30%
Superávit técnico acumulado	157	135	16,30%
Reserva de contingência	157	135	16,30%
3. Exigível Operacional	5	9	-49,60%
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5	9	-49,60%
4. Exigível Contingencial	221	163	35,80%
4.1. Gestão Previdencial	211	155	35,81%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	10	7	35,67%

NOTAS EXPLICATIVAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS - Entidade Fechada de Previdência Privada, regida pelas Leis n.ºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, foi criada pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, em 16 de junho de 1976, através de Escritura Pública sob registro n.º 8.332, tendo como instituidora a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA. Com a publicação do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978 a SILIUS teve seus estatutos aprovados e autorização para funcionamento através da Portaria n.º 1.640, de 13 de junho de 1979.

A Fundação SILIUS administra dois planos de benefício na modalidade de Benefícios Definidos, possuindo duas patrocinadoras: A CESA e a própria SILIUS, tendo como objetivo complementar os benefícios assegurados pela Previdência Oficial e também beneficiar aos grupos familiares dos empregados da PATROCINADORA e da SILIUS, promovendo, dessa forma o bem estar social dos seus destinatários. Os principais recursos que a Entidade dispõe para atingir seus objetivos são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, das parcelas do instrumento particular de repactuação, confissão de dívida e outras avenças, firmado entre SILIUS e CESA, e também, dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN/BACEN n.º 3792, de 24/11/2009 e pela política de investimento revisada e aprovada anualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, e implementadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de acordo com a Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de Outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC n.º 12, de 29 de agosto de 2013, Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CFC n.º 1.272, de 22 de janeiro de 2010 que aprova a NBCTE 11 – EFPC.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

3.1) Receitas e Despesas

São registradas segundo o princípio da competência dos exercícios.

3.2) Gestão Previdencial

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de Benefícios Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate e Auto-Patrocínio, bem como o resultado do plano de benefício de natureza previdencial.

3.3) Gestão Administrativa

Atividade de registro e de controle inerentes a administração dos planos de benefícios.

3.4) Investimentos

Atividade de registro e de controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

3.5) Patrimônio Social

Recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano de benefício.

3.6) Fundo

Formados com destinações específicas, segregados em previdencial, investimentos e administrativo.

3.7) Disponíveis

Registra a disponibilidade existente em caixa e bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional, até 31/12/2013, totalizando a importância de R\$ 793 Mil e de R\$ 68 Mil em 31/12/2012, demonstrado no quadro a seguir:

EM R\$ MIL		
Descrição	2013	2012
Caixa PGA	1	1
Banrisul S/A M. Deus - Pl. Benefícios I *	688	11
Banrisul S/A M. Deus - Pl. Ex-Autárquicos de Benefício	3	6
Banrisul S/A Beira Rio - Plano de Gestão Administrativa	101	50
Total Disponível	793	68

* O valor de R\$ 688 mil em 31 de dezembro de 2013 refere-se ao recebimento da parcela de contrato o qual teve aplicação no dia 02 de janeiro de 2014.

3.8) Gestão Previdencial

A Gestão Previdencial, registra direitos da entidade relativos às contribuições do patrocinador, dos participantes e demais direitos, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas até 31/12/2013, totalizando a importância de R\$ 84 Mil e de R\$ 18 Mil em 31/12/2012, conforme segue:

EM R\$ MIL		
Descrição	2013	2012
Contribuições do Mês		
Patrocinador	60	9
Participantes	7	9
Contribuições sobre 13º Salário		
Patrocinador	6	0
Participantes	11	0
Total	84	18

3.8.1) Depósitos Judiciais/Recursais

Estão registrados na conta depósito judiciais/recursais os valores referentes às ações judiciais de devolução de reserva de poupança, diferença dissídios 2000 a 2002, diferença salarial do piso dos 9,35 salários mínimos, pecúlio por morte e diferença de suplementação de aposentadoria, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Carlito Zeilmann	73	73
Carlito Zeilmann	3	3
Aracy Maria Borges Bittencourt	166	77
José Sidney de Mello Bueno	392	0
Total	634	153

3.8.2) Outros Recursos a Receber

Nesta conta registram-se o valor de 4 mil, referente às custas do processo n.º 001/105.0081.391-8 (Justiça Estadual RS PoA 3.ª Vara cível) debitado indevidamente na conta corrente do Banco do Brasil S/A, através do ofício n.º934/2012 de 22/05/2012. A Fundação solicitou judicialmente, por intermédio do Adv. Luis Felipe Lemos Machado a devolução do valor debitado, pois as custas do processo são de responsabilidade do Réu. O restante de R\$ 5 mil são provenientes de valores devidos entre planos.

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Valores a receber	9	4
Total	9	4

3.9) Gestão Administrativa

Nesta conta registram-se os recursos a receber nos planos de Benefício I, Plano Ex-Autárquicos de Benefício, referentes a fonte de custeio administrativa de dezembro de 2013 repassada em janeiro de 2014, sendo que no exercício anterior foi repassada no mesmo mês de competência, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Outros Recursos a Receber	70	0
Total	70	0

3.9.1) Depósitos Judiciais/Recurrais

A partir de Janeiro/2007 a SILIUS iniciou a ação judicial que visa à recuperação dos valores recolhidos pela Entidade, referentes ao PIS e COFINS, passando a depositá-los judicialmente nas contas n.º 0652.635.0000 2426-7 e conta n.º 0652.635.0000 2505-0, respectivamente.

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Depósito Judicial/Recurrais - PIS	48	40
Depósito Judicial/Recurrais - COFINS	294	248
Total	342	288

3.9.2) Regra de Consolidação

Em atendimento a legislação vigente as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefício e consolidado. A SILIUS ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2013 anulou a operação abaixo demonstrada, a qual apresentava duplicidade do patrimônio da Entidade:

EM R\$ MIL

Conta	Nome	Valor
1.2.2.3.01.00.00.000	Participação no PGA	484
2.3.2.2.02.01.00.000	Participação no fundo adm. - PGA	484

3.9.3) Outros Realizáveis

Valores referentes a créditos do encontro de contas constantes no relatório da comissão de sindicância interna, processo nº 000129/975, conforme memorando nº 084/97, de 31/10/97, processo nº 10899665-AFCESA e Outros de natureza civil da 2ª vara de Porto Alegre. A Fundação SILIUS constituiu em 2008 uma provisão para perda de 100% do valor de R\$ 50 mil. Observando os critérios determinados pela Resolução CGPC nº 05 de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05/07/2002. A Entidade recebeu em 13/07/2011 o valor de R\$ 16 mil, conforme alvará de autorização nº 25820/2096-2011.

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
AFCESA	37	37
Crédito AFCESA	(3)	(3)
Constituição Provisão CLD	(34)	(34)
Total	0	0

3.10) Investimentos

3.10.1) Fundos de Investimento: Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas respectivas alterações, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas formas:

(i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantém interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

As aplicações em Fundo Aberto de Investimento Renda Fixa e Renda Variável foram classificadas como "títulos para negociação" e estão atualizadas e apresentadas pelo valor das cotas desses fundos na data do Balanço, computando-se a valorização e a desvalorização decorrentes dos ajustes registrados nas contas específicas, sendo a administração dos investimentos exercida por gestores terceirizados.

Descrição	Custódia	2013	2012
Santos Virtual FIC de FIRF Crédito Privado	BESAF	19	56
Bradesco FI Referenciado DI Premiun	BRAM	308	285
BB Institucional FI Renda Fixa	BB DTVM	8.312	9.609
FI Caixa Institucional Títulos Públicos RF Longo Prazo	CEF	4.504	4.172
Itaú Soberano RF IRFM 1 FI ITAÚ 6.520 6.085			
Itaú Institucional IBRX Ativo Ações FI	ITAÚ	3.107	3.221
Bradesco FI Renda Fixa Target 1	BRAM	1.049	1.642
Bradesco Fundo FI RF IMA-B	BRAM	5.400	6.452
Total		29.219	31.522

A rentabilidade calculada pela Mercer Human Resource Consulting, em 2012, com base na metodologia da TIR dos investimentos foi de 12,18% no Plano de Benefício I e 11,68% no Plano Ex-Autárquicos de Benefício, atingindo a meta atuarial de 11,51% e A rentabilidade calculada pela Mercer Human Resource Consulting, em 2013, com base na metodologia da TIR dos investimentos foi de 7,34% no Plano de Benefício I e 3,71% no Plano Ex-Autárquicos de Benefício, não superando a meta atuarial de 10,84%.

3.10.2) Investimentos por Plano

PLANO DE BENEFÍCIO I

Segmento	Rentabilidade Acumulada %	Valor em Mil	%	Limite Res. 3792 Máximo	Limite Política de Investimento %
Renda Fixa	5,01	24.468	84,19	100	50 a 100
Renda Variável	-3,54	3.024	10,40	50	0 a 20
Imóveis	152,91	1.569	5,41	8	0 a 8
Total	7,34	29.061	100	-	-

* Meta Atuarial 2013: 10,84%

PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO

Segmento	Rentabilidade Acumulada %	Valor em Mil	%	Limite Res. 3792 Máximo	Limite Política de Investimento %
Renda Fixa	4,17	1.336	94,02	100	50 a 100
Renda Variável	-3,54	83	5,84	50	0 a 20
Imóveis	12,33	2	0,14	8	0 a 8
Total	3,71	1.421	100	-	-

* Meta Atuarial 2013: 10,84%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Segmento	Rentabilidade Acumulada %	Valor em Mil	%	Limite Res. 3792 Máximo	Limite Política de Investimento %
Renda Fixa	8,24	308	100	100	0 a 100
Total	8,24	308	100	-	-

* BENCHMARK 100% CDI: 8,06%

3.10.3) Imóveis em Construção

A Fundação SILIUS firmou contrato de compra e venda de imóvel com a Goldsstein Cyrela Empreendimentos Imobiliários S/A em 16/12/2010, referente às salas 601, 602, 603 e 604 com seus respectivos Box simples 294, 295, 328 e 329 do Empreendimento - Getúlio Vargas Prime Offices, situado na Av. Getúlio Vargas n.º 1157, estando previsto o término da obra em Setembro/2013.

Foram registradas na conta de imóveis em construção do Plano de Benefício I as parcelas do item IV do contrato supracitado e as taxas de corretagens.

EM R\$ MIL

Nome	2013	2012
Getúlio Vargas Prime Offices	1.500	482
Total	1.500	482

3.10.4) Alienação de Imóveis

Representam os saldos devedores das operações a prazo. As prestações são atualizadas, conforme os contratos de promessa de compra e venda.

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	ENDEREÇO	CORREÇÃO CONTRATO	SALDO DEVEDOR	
			2013	2012
Patrick Lucchese	Av. Mauá, 2015, loja nº 01 e Boxes 20 e 45	INPC + 6,17% a.a.	72	139
Patrick Lucchese	Bar da Lagoa - Distrito de Batovi São Gabriel/RS	INPC+ 8,73% a.a.	0	26
Total			72	165

3.10.5) Investimentos - Depósitos Judiciais/Recursais

Estão registrados na conta depósito judiciais/recursais os valores referentes às ações judiciais do Horto Florestal de Cruz Alta e Cachoeira do Sul-RS, conforme segue:

EM R\$ MIL

Nome	2013	2012
Édio Gilberto Priebe	142	142
Luiz Eduardo Paradedda	1	1
Total	143	143

3.11) PERMANENTE

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade, demonstrados ao custo de aquisição, subtraída a depreciação acumulada, o intangível é constituído pelas aquisições de softwares e benfeitorias realizadas na casa comercial locada pela SILIUS. O Diferido registra o saldo existente em 31/12/2010 não alocados para a conta intangível constituído pelas aquisições de softwares e registrados pelo custo de aquisição, subtraída a amortização acumulada, calculado pelo método linear, a seguir a estrutura do permanente com as devidas taxas:

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012	Taxa a.a.
Móveis e Utensílios	23	23	10%
(-) Depreciação Móveis e Utensílios	(11)	(10)	
Máquinas e Equipamentos	80	74	10%
(-) Depreciação Máquinas e Equip.	(64)	(53)	
Total Imobilizado	28	34	

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012	Taxa a.a.
Softwares	8	8	20%
(-) Amortização	(5)	(4)	
Benfeitorias	18	18	50%
(-) Amortização	(18)	(14)	
Total Intangível	3	8	

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012	Taxa a.a.
Software	10	10	20%
(-) Amortização	(10)	(10)	
Total Diferido	0	0	

3.12) Investimentos Outras Exigibilidades

Nesta conta registram-se os recursos a pagar para o PGA do Plano de Benefício I, Plano Ex-Autárquicos de Benefício, referentes ao custeio administrativo investimentos no valor de R\$ 70 mil em 31/12/2013 e de R\$ 111 mil em 31/12/2012.

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Custeio Administrativo	70	111
Total	70	111

3.13) Exigível Contingencial

3.13.1) Gestão Previdencial

Nesta conta registra-se o montante das provisões relativas às ações judiciais contra a SILIUS, referente às ações judiciais de devolução de reserva de poupança, diferença dissídios 2000 a 2002, diferença salarial do piso dos 9,35 Salários Mínimos, pecúlio por morte e diferença de suplementação de aposentadoria, as quais foram ajustadas com base no relatório jurídico do Luis Felipe Lemos Machado Advogados Associados, conforme segue:

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Carlito Zeilmann	207	152
Carlito Zeilmann	4	3
Aracy Maria B. Bittencourt	193	130
Cláudio Antônio Soriano Correa	69	52
Nilda Mello Prates	30	24
José Sidney de Mello Bueno	644	477
Wiliam Oviedo R. Farias	37	27
Total	1.184	865

3.13.2) Gestão Administrativa

Está registrada no Exigível Contingencial provisão, referente à ação judicial objetivando a devolução das quantias indevidamente recolhidas pela SILIUS a título de PIS e COFINS, desde 2001. A partir de janeiro/2007 os tributos foram recolhidos através dos seguintes depósitos judiciais: PIS n.º 0652.635.0000 2426-7 e COFINS n.º 0652.635.0000 2505-0.

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
PIS	48	41
COFINS	297	252
Total	345	293

3.1 3.3) Investimentos

Os valores registrados no Exigível Contingencial correspondem às provisões das ações judiciais do Horto Florestal de Cruz Alta/RS e Cachoeira do Sul/RS, os quais foram ajustados com base no relatório jurídico do escritório Luis Felipe Advogados Associados:

EM R\$ MIL

Descrição	2013	2012
Edio Gilberto Priebe	352	259
Maria Aparecida Dreyer Glasenapp	78	58
Simone Sampaio Moreira	255	188
Total	685	505

3.14) Patrimônio Social

3.14.1) Provisões Matemáticas Consolidadas

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais, efetuados pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

Descrição	2013	2012
Benefícios Concedidos	76.129	72.996
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização	76.129	72.996
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	62.875	60.200
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	13.254	12.796
Benefícios a Conceder	5.266	9.971
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização programada	4.149	8.598
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.353	9.594
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(602)	(498)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(602)	(498)
Benefício Definido Estruturado em regime de capitalização não programada	1.117	1.373
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.876	1.912
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(41)	(12)
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(718)	(527)
(-) Provisão Matemática a constituir	(41.519)	(58.867)
(-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	(41.519)	(58.867)
(-) Patrocinador	(41.519)	(58.867)
Outras Contribuições Patrocinador	(59.253)	(62.970)
Provisão Revisão Contrato	17.734	4.103
Total Provisões Matemáticas	39.876	24.100

Em 30 de setembro de 2002, foi firmado o Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, que adita e substitui os protocolos celebrados em 31 de dezembro de 1991 e 29 de dezembro de 1995. Ficou estipulado que o saldo devedor será atualizado mensalmente pelo índice do INPC/IBGE, mais 0,5% (meio por cento) de juros ao mês que serão amortizadas em 228 parcelas mensais e consecutivas.

A CESA através do expediente PRES/Carta n.º 154/2011, de 28 de Julho de 2011 informa que a partir da competência de Julho/2011, unilateralmente, que irá pagar um novo valor da parcela mensal que entende como devido.

Em 04 de Agosto de 2011 a Fundação SILIUS notificou a CESA através do expediente SILIUS/073/2011 sobre os dispositivos legais do Instrumento Particular de Repactuação, Confissão de Dívida e Outras Avenças, datado de 30 de setembro de 2002 que estão sendo descumpridos.

Por ter sido uma decisão unilateral por parte do Patrocinador, a SILIUS protocolou processo de execução contra a CESA, visando o pagamento das diferenças das parcelas em atraso, com base no contrato em vigor. Durante Exercício de 2013 a patrocinadora CESA e a Fundação Silius estão revisando o contrato de dívida e realizando os ajustes estabelecidos pelo órgão regulador. Não houve até a presente data a formalização da revisão do contrato, diante disso, a gestão apresenta o valor contratual com a previsão estimada dos valores que estão sendo acordados.

3.14.2) Resultado Acumulado no Exercício

Nesta conta registra-se a composição do excedente patrimonial em relação aos compromissos totais conforme a seguir demonstrado:

Descrição	2013	2012
(+) Superávit Técnico acumulado em 31 de Dezembro	0	6.638
(-) Déficit Técnico acumulado em 31 de dezembro	(9.776)	0
Total	(9.776)	6.638

3.14.3) Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo da Gestão Administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa, considerando-se o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. O montante deste fundo em 31 de dezembro/2013 é de R\$ 484 mil e de R\$ 461 mil em 31 de dezembro/2012. O Fundo Administrativo é apresentado por Plano de Benefício, onde o resultado é apurado através do rateio pelo volume patrimonial do mês anterior. A Seguir o valor do Fundo administrativo em 31 de dezembro de:

EM R\$ MIL		
Descrição	2013	2012
Plano de Benefício I	451	429
Plano Ex-Autárquicos de Benefício	33	32
Total Fundo Administrativo	484	461

3.15) Gestão Administrativa

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas de Investimentos, conforme regulamento e orçamento, deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Silius utiliza o seguinte critério:

- Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio de investimentos;
- Despesas Comuns aos planos: Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;
- Todas as despesas administrativas do PGA foram consolidadas na conta 429 – Despesas da Administração Total e após rateadas na Gestão Previdencial (GP) e Investimento (I). O critério de rateio foi de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e gestor, exceto a consultoria atuarial, despesa exclusiva da área previdencial e a consultoria de investimentos, despesa exclusiva da área de investimentos. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo gestão da entidade, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

4) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

4.1) I Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra o Patrimônio total administrado pela entidade Silius, o valores apresentados estão consolidado e representam o Plano de Benefício I, o Plano de Benefício e o Plano de Gestão Administrativo. O Demonstrativo está apresentado conforme regra de consolidação (Nota 3.9.2).

4.2) II Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Esse demonstrativo apresenta as adições e destinações consolidadas dos Planos de Benefícios, da Gestão Administrativa e de Investimentos.

As variações desse demonstrativo em 2013 mais significativas foram em relação a rentabilidade dos investimentos, que ficaram negativas em 2013 em relação a 2012 e que contribuíram para o Déficit apresentado no exercício.

4.3) III Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Esse demonstrativo apresenta as variações da Mutação por Plano de Benefícios, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Representa a variação do Ativo Líquido apresentado no início e no final do exercício representando o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.

4.4) IV Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

O demonstrativo do Ativo Líquido por plano apresenta a destinação e aplicações dos recursos do plano diminuída das suas obrigações. As variações de cada conta patrimonial estão em consonância com a Política de investimento da entidade, a qual é aprovada e acompanhada anualmente.

4.5) V Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa – PGA apresenta, através das contas de resultado, toda a movimentação da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos Gastos Administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo.

4.6) VII Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Apresenta as Provisões Técnicas do Plano na composição Atuarial, de acordo com o DA (Demonstrativo Atuarial) emitido pelo Atuário responsável.

5. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA FECHAMENTO

5.1) Gestão Previdencial

Esta gestão recebe contribuições e valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e destina recursos no pagamento de benefícios.

5.2) Gestão Administrativa

Esta gestão recebe valores transferidos da gestão de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo e o custeio dos investimentos para cobertura das despesas administrativas da gestão do Plano de Gestão Administrativa.

5.3) Gestão de Investimentos

As receitas líquidas dos investimentos mensais são transferidas para a gestão previdencial e administrativa, de acordo com os recursos de cada gestão.

O fechamento mensal do balancete decorre da totalidade do saldo líquido positivo das aplicações da gestão de investimentos, remanescente à remuneração dos fundos, para a gestão previdencial.

A remuneração dos fundos administrativos e de investimentos tem como base a proporcionalidade dos recursos investidos de cada gestão.

6) REGIME TRIBUTÁRIO

6.1) Imposto de Renda para EFPP

Em 03 de janeiro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa n.º 1.315, qual Altera a Instrução Normativa SRF n.º 588, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, Fapi e seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e dá outras providências, passando a vigorar a seguinte redação no art. 17:

“Art. 17. As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.”

6.2) PIS e Cofins

O PIS e o COFINS são calculados as alíquotas de 0,65% e 4% (3% até 08/2003, conforme artigo 18 da Lei n.º 10.684 de 30/05/2003), respectivamente. A Fundação SILIUS está discutindo judicialmente o recolhimento destes tributos conforme item 3.9.1

7) FUNDO SANTOS VIRTUAL FIC DE FIRF CRÉDITO PRIVADO

O Fundo Santos Virtual Fic de Firf Crédito Privado administrado pela Mellon Serviços Financeiros DTVM SA contratou o escritório jurídico Villela e Karamer Advogados para cobranças judiciais dos devedores deste Fundo, a seguir demonstramos os créditos recebidos pela SILIUS:

EM R\$ MIL	
Descrição	Valores
Data Recebimentos	
01 de setembro de 2005	129
26 de dezembro de 2005	332
11 de Outubro de 2006	151
23 de Julho de 2007	243
12 de Setembro de 2008	219
16 de abril de 2010	282
28 de dezembro de 2010	122
29 de novembro de 2012	122
17 de dezembro de 2013	108
Total	1.708

8) FATO RELEVANTE

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria MPS/PREVIC/DC n.º 572 de 03 de outubro de 2011 – DOU de 04/10/2011, artigo 1º, decreta a intervenção na Fundação Silos e Armazéns de Seguridade social, pelo prazo de 180 dias.

- O Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, através da portaria n.º 575, de 3 de Outubro de 2011, artigo 1º, nomeia Maria Erbenia Ribas Camargo para desempenhar a função de interventora na Silius.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 141 de 21 de Março de 2012 resolve prorrogar, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de

01 de abril de 2012, o prazo de que trata a Portaria nº 572, de 03 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº191, de 04 de outubro de 2011, seção 1, página 28, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 539 de 26 de setembro de 2012, resolve prorrogar, por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28 de setembro de 2012, o prazo de que trata a Portaria nº 141, de 21 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº57, de 22 de março de 2012, seção 1, página 35, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 34 de 23 de janeiro de 2013, resolve prorrogar, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 26 de janeiro de 2013, o prazo de que trata a Portaria nº 539, de 26 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº188, de 27 de setembro de 2012, seção 1, página 40, referente à intervenção na SILIUS - Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 389 de 24 de julho de 2013, resolve prorrogar, por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26 de julho de 2013, o prazo de que trata a Portaria nº 34, de 23 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 17, de 24 de janeiro de 2013, seção 1, página 123, referente à intervenção na SILIUS – Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

- A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da portaria n.º 644 de 22 de novembro de 2013, resolve prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de novembro de 2013, o prazo de que trata a Portaria nº 389, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 25 de julho de 2013, seção 1, página 33, referente à intervenção na SILIUS – Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social.

Aos
Participantes e Interventora da
FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) O Plano de Benefícios I apresentou como resultado, em 31/12/2013, um déficit técnico de R\$ 9.933 mil, equivalente a aproximadamente 34% do patrimônio de cobertura do plano de R\$ 28.814 mil. Este resultado deficitário está diretamente atrelado aos efeitos da revisão do Contrato de Dívida do Patrocinador, ainda em fase de negociação. Conforme depreende a Resolução CGPC Nº 26/2008, deverá ser apresentado o plano de equacionamento deste déficit técnico durante o exercício de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b) Chamamos à atenção para a Nota 3.14.1, que descreve as tratativas entre a FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS e a Patrocinadora Cesa com o intuito de ajustar o saldo da dívida contratada, em face dos limites estabelecidos para a paridade contributiva, em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2013, junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC (Brasília-DF). Durante Exercício de 2013 a patrocinadora CESA e a Fundação Silius estão revisando o contrato de dívida e realizando os ajustes estabelecidos pelo órgão regulador. Não houve até a presente data a formalização da revisão do contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c) Chamamos à atenção para a Nota 8 às demonstrações contábeis, a qual informa que a Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, através da portaria MPS/PREVIC/DC nº572, de 03 de outubro de 2011- DOU de 04/10/2011, artigo 1º, decreta a intervenção na Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social - SILIUS, pelo prazo de 180 dias, e que o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, através da portaria nº575, de 03 de Outubro de 2011, artigo 1º, nomeia a Sra. Maria Erbenia Ribas Camargo para desempenhar a função de interventora na SILIUS. A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, está prorrogando periodicamente o prazo de que trata a Portaria nº 572, de 03 de outubro de 2011. A última prorrogação ocorrida através da portaria nº 644 de 22 de novembro de 2013, prorrogou, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de novembro de 2013, o prazo de que trata a Portaria nº 389, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 25 de julho de 2013, seção 1, página 33, referente à intervenção na SILIUS – Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sobre as quais emitimos relatório sem modificação datado de 20 de março de 2013, com ênfase sobre o mesmo assunto descrito nos itens “b” e “c” do parágrafo de ênfase anterior.

Porto Alegre, 26 de março de 2014.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30.361

MIRADOR 0280/2014

Porto Alegre, 26 de março de 2014.

Ilma. Sra.
Maria Erbênia Ribas Camargo
MD. Interventora da SILIUS

Prezada Senhora,

Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano de Benefícios I e do Plano Ex-Autárquicos de Benefício, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial de 31/12/2013.

PARECER ATUARIAL
PLANO DE BENEFÍCIOS I E PLANO EX-AUTÁRQUICOS DE BENEFÍCIO

Os planos analisados possuem característica de Benefício Definido, sendo administrados pela Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social – SILIUS e patrocinados pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA e pela própria Fundação SILIUS.

1) ESTATÍSTICAS

Plano de Benefícios I

Este plano previdenciário, estruturado na modalidade de benefício definido, possui 18 participantes ativos, 205 aposentados e 106 pensionistas. A idade média dos participantes ativos é igual a 52 anos e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal é igual a 5 anos. Com base na tábua de mortalidade geral AT-2000, a expectativa média de vida do participante ativo, ao se aposentar, é igual a 28 anos.

Os participantes aposentados sem ser por invalidez, com idade média de 67 anos, apresentam uma expectativa média de vida de 18 anos. Ponderando com a expectativa de vida dos aposentados inválidos (9 anos considerando a tábua EX-IAPC para a idade média de 68 anos), estabelece uma expectativa de vida para o grupo de 17 anos.

Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Este plano previdenciário, estruturado na modalidade de benefício definido, possui 13 participantes ativos e 4 recebendo benefício. A idade média dos participantes ativos é igual a 74 anos. Com base na tábua de mortalidade geral AT-2000, a expectativa média de vida dos participantes ativos é de 13 anos.

Os participantes que se encontram recebendo benefício, com idade média de 71 anos, apresentam uma expectativa média de vida de 15 anos. O plano não possui participantes inválidos.

2) HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2013 foi substituído o método de financiamento, passando do Crédito Unitário Projetado para o Agregado, em função da ausência de novos ingressos no plano já há alguns anos, remetendo ao modelo de massa fechada. Assim, para evitar a constante elevação dos custos de financiamento dos benefícios em planos com essa característica avaliados pelo Crédito Unitário Projetado, o Método Agregado mostra-se mais adequado, pois estabelece custos nivelados.

Cabe salientar que as tábuas apresentadas acima, a taxa real de juros (5% ao ano) e a rotatividade (nula), bem como os regimes financeiros e os métodos de financiamento, atendem aos requisitos previstos na Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

Plano de Benefícios I

Para projeção do passivo previdenciário do Plano de Benefícios I, as premissas utilizadas foram as mesmas do exercício anterior, conforme segue:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: EX-IAPC
- Tábua de Entrada em Invalidez: ALVARO VINDAS
- Taxa de Juros: 5,00% ao ano
- Rotatividade: Nula

Plano Ex-Autárquicos de Benefício

Para o Plano Ex-Autárquicos de Benefício, as premissas utilizadas foram as seguintes:

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Não Aplicável
- Tábua de Entrada em Invalidez: Não Aplicável
- Taxa de Juros: 5,00% ao ano
- Rotatividade: Nula

Observação sobre as premissas adotadas nos estudos atuariais:

Taxa Real de Juros: a taxa real de juros foi definida em conformidade com a Política de Investimentos da Entidade, estando abaixo do limite máximo permitido pela legislação vigente.

Deve-se considerar, ainda, que será necessária a revisão da taxa máxima de juros permitida nos estudos atuariais, conforme depreende a Resolução CNPC nº 09, de 29/11/2012, fato que irá elevar as reservas matemáticas necessárias para cobertura dos benefícios do plano acima do esperado, quando da implementação de tais mudanças:

EXERCÍCIO	TAXA MÁXIMA REAL DE JUROS
2013	5,75%
2014	5,50%
2015	5,25%
2016	5,00%
2017	4,75%
2018	4,50%

Premissas Demográficas e Taxa Real de Crescimento Salarial Futuro: as premissas foram definidas em função do resultado dos estudos de aderência realizados em 2013.

3) PROVISÕES MATEMÁTICAS, RESERVAS E FUNDOS

O plano previdenciário possui “Contrato com o Patrocinador”, com saldo de R\$ 59.253.060,24 em 31/12/2013. Este contrato está sendo revisado pela SILIUS em conjunto com a Patrocinadora CESA e com acompanhamento pela área de Fiscalização da PREVIC, sendo que o valor ajustado entre as partes, mas ainda não homologado, passará para R\$ 41.518.680,21 em 31/12/2013. Os efeitos dessa negociação já estão apresentados nos resultados desta avaliação atuarial.

Plano de Benefícios I

A composição das Provisões Matemáticas, do Resultado e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte (valores em reais):

Patrimônio de Cobertura do Plano28.813.678,11

Provisões Matemáticas.....(38.746.863,89)

- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.....(75.291.590,43)

- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder(4.434.759,98)

- Provisões Matemáticas a Constituir40.979.486,52

Resultado(9.933.185,78)

- Déficit Técnico9.933.185,78

Fundos451.116,39

- Administrativo451.116,39

Plano Ex-Autárquicos de Benefício

A composição das Provisões Matemáticas, do Resultado e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte (valores em reais):

Patrimônio de Cobertura do Plano1.286.318,73

Provisões Matemáticas.....(1.128.759,86)

- Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.....(837.148,67)

- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder(830.804,88)

- Provisões Matemáticas a Constituir.....539.193,69

Equilíbrio Técnico.....157.558,87

- Superávit Técnico.....157.558,87

Fundos33.157,78

- Administrativo33.157,78

4) RENTABILIDADE

Plano de Benefícios I

O resultado líquido das aplicações financeiras ao longo do ano de 2013, apurado pela metodologia da TIR, aponta uma rentabilidade de 7,34% no período que, se comparada com a meta atuarial de 10,84% (equivalente a juros reais de 5,00% ao ano acrescidos de 5,56% correspondentes ao INPC do IBGE acumulados de janeiro/2013 a dezembro/2013) demonstra uma rentabilidade real no período de 3,16% abaixo da meta atuarial.

Plano Ex-Autárquicos de Benefício

O resultado líquido das aplicações financeiras ao longo do ano de 2013, apurado pela metodologia da TIR, aponta uma rentabilidade de 3,71% no período que, se comparada com a meta atuarial de 10,84% (equivalente a juros reais de 5,00% ao ano acrescidos de 5,56% correspondentes ao INPC do IBGE acumulados de janeiro/2013 a dezembro/2013) demonstra uma rentabilidade real no período de 6,43% abaixo da meta atuarial.

5) PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio do Plano de Benefícios I da SILIUS foi alterado neste exercício, com previsão de recolhimento a partir de 01/04/2014, elevando-se em 27% em relação ao exercício anterior, em função dos diversos riscos e desequilíbrios futuros, em especial com relação à necessidade de constante redução da taxa real de juros, que chegará ao máximo de 4,5% ao ano a partir de 2018:

Participantes Ativos

Os participantes ativos contribuirão com os percentuais discriminados, a seguir, sobre o Salário de Participação (SP):

- 5,50% sobre o total do SP;
- 7,61% sobre o excesso do SP em relação à metade do teto de benefícios do INSS;
- 10,95% sobre o excesso do SP em relação ao teto de benefícios do INSS.

Participantes Assistidos

- 14% do SP.

Participantes Ex-Autárquicos

- 14% do SP.

Patrocinadora

- Contribuição Normal paritária às efetuadas por Participantes e Assistidos do plano.

IMPORTANTE: Adicionalmente às alterações de custeio aqui apresentadas, está sendo encaminhada alteração regulamentar, prevendo a cobrança de contribuições para futuras pensionistas. O efeito dessa alteração regulamentar, após aprovação pelo órgão fiscalizador, será de um incremento de contribuições futuras na ordem de R\$ 3 milhões ao plano.

6) CONCLUSÕES

O Plano de Benefícios I apresentou como resultado, em 31/12/2013, um déficit técnico de R\$ 9.933.185,78, equivalente a aproximadamente 34% do patrimônio de cobertura do plano de R\$ 28.813.678,11. Este resultado deficitário está diretamente atrelado aos efeitos da revisão do Contrato de Dívida do Patrocinador, ainda em fase de negociação, como relataremos a seguir. Conforme depreende a Resolução CGPC Nº 26/2008, deverá ser apresentado o plano de equacionamento deste déficit técnico durante o exercício de 2014.

O Plano Ex-Autárquicos de Benefício apresentou como resultado, em 31/12/2013, um superávit de R\$ 157.558,87, equivalente a aproximadamente 12% do ativo líquido de R\$ 1.286.318,73, devendo o mesmo ser registrado como Reserva de Contingência e acompanhado dentro do que indica a Resolução CGPC Nº 26/2008.

Com relação ao Contrato de Dívida do Patrocinador, desde 2012 vem sendo realizados estudos atuariais para a revisão do plano de benefícios, bem como para readequações com relação ao aspecto da paridade contributiva a ser observada pelo Patrocinador.

O efeito desses estudos está refletido nos resultados apresentados no presente parecer, estando sob análise da patrocinadora CESA e do órgão de fiscalização (PREVIC) os critérios e valores apurados para sua homologação. Cabe salientar que, havendo mudança nos critérios ou nos valores apurados, o reflexo destes ajustes também serão observados no resultado apresentado pelos planos em 31/12/2013.

Os dados cadastrais utilizados na avaliação atuarial foram submetidos a testes de consistência e, após ajustes e validações da Entidade, considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006. Cabe salientar que, em função de mudança normativa, haverá necessidade de redução gradual da taxa real de juros para 4,5% ao ano até o ano de 2018, fato que elevará as provisões matemáticas acima do esperado quando de sua implementação.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Giancarlo Giacomini Germany

Atuário M.I.B.A. 1.020

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - 2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Maria Erbenia Ribas Camargo

CPF: 456.527.910-04

Cargo: Interventora

Alocação dos Recursos da Entidade (em R\$)

Segmentos	DEZEMBRO/2013	%	DEZEMBRO/2012	%
Renda Fixa	27.740.494,26	85,65%	28.104.673,00	88,48%
Renda Variável	3.075.842,04	9,50%	3.018.792,70	9,50%
Imóveis	1.571.905,91	4,85%	639.415,80	2,01%
Total	32.388.242,21	100,00%	31.762.881,50	100,00%

Alocação dos Recursos do Plano de Benefício da Entidade (em R\$): Plano Ex-Autarquicos de Benefício

Segmentos	DEZEMBRO/2013	%	DEZEMBRO/2012	%
Renda Fixa	1.330.800,08	94,20%	1.273.479,04	93,68%
Renda Variável	79.624,30	5,64%	80.962,02	5,96%
Imóveis	2.248,72	0,16%	4.891,12	0,36%
Total	1.412.673,10	100,00%	1.359.332,18	100,00%

Alocação dos Recursos do Plano de Benefício da Entidade (em R\$): Plano de Benefício I

Segmentos	DEZEMBRO/2013	%	DEZEMBRO/2012	%
Renda Fixa	25.999.972,74	85,06%	26.495.661,41	88,12%
Renda Variável	2.996.217,74	9,80%	2.937.830,68	9,77%
Imóveis	1.569.657,19	5,14%	634.524,80	2,11%
Total	30.565.847,67	100,00%	30.068.016,89	100,00%

Alocação dos Recursos do Plano de Gestão Administrativa (em R\$): PGA

Segmentos	DEZEMBRO/2013	%	DEZEMBRO/2012	%
Renda Fixa	409.721,44	100,00%	335.531,43	100,00%
Total	409.721,44	100,00%	335.531,43	100,00%

Tabela Comparativa dos Limites de Alocação versus Política de Investimentos e Legislação Vigente

Plano Ex-Autarquicos de Benefício e Plano de Benefício I

Segmentos	Alocação Atual	Política de Investimentos		Resolução 3792
	Ex-Autarquicos de Benefício	Mínimo	Máximo	(Legislação)
Renda Fixa	94,20%	72,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	5,64%	0,00%	20,00%	70,00%
Imóveis	0,16%	0,00%	8,00%	8,00%

Plano de Gestão Administrativa

Segmentos	Alocação Atual	Política de Investimentos		Resolução 3792
	Plano de Gestão Administrativa	Mínimo	Máximo	(Legislação)
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Recursos com Gestão Terceirizada (em R\$)

Gestor de Recursos	Plano Ex-Autarquicos de Benefício		Plano de Benefício I		
	Valores em R\$	% recursos garantidores	Valores em R\$	% gestores	% recursos garantidores
Bradesco	867.579,71	61,15%	5.581.370,32	20%	17,95%
Banco do Brasil	280.401,77	19,77%	8.031.204,31	29%	25,82%
Itau-Unibanco	269.287,27	18,98%	9.357.562,53	34%	30,09%
Caixa Econômica Federal	-	0,00%	4.504.076,22	16%	14,48%
Banco Espírito Santo	816,34	0,06%	18.112,23	0%	0,06%
Total	1.418.085,09	100%	27.492.325,61	100%	88,40%

Gestor de Recursos	Plano de Gestão Administrativa	
	Valores em R\$	% recursos garantidores
Bradesco	308.022,28	75,18%
Total	308.022,28	75,18%

Rentabilidade dos Investimentos da Entidade por Segmento ¹

PLANO EX-AUTARQUICOS DE BENEFÍCIO

Segmentos	Retorno Líquido 2013 ¹
Renda Fixa	-0,35%
Benchmark: 65%CDI + 35%IMA-B	1,45%
Renda Variável	-8,06%
Benchmark: 100% IBrX-100 - Fechamento	-3,13%
Imóveis	7,80%
Benchmark: 100% (INPC + 5%a.a.)	10,84%
Total	-0,84%
Benchmark Consolidado: 55%(CDI) + 30%(IMA-B) + 10%(IBrX-100 Fech) + 5%(INPC + 5%a.a.)	1,48%
Meta Atuarial: 100% (INPC + 5%a.a.)	10,84%

PLANO DE BENEFÍCIO I

Segmentos	Retorno Líquido 2013 ¹
Renda Fixa	1,57%
Benchmark: 70%CDI + 30%IMA-B	2,37%
Renda Variável	-6,98%
Benchmark: 100% IBrX-100 - Fechamento	-3,13%
Imóveis	149,47%
Benchmark: 100% (INPC + 5%a.a.)	10,84%
Total	3,90%
Benchmark Consolidado: 60%(CDI) + 26%(IMA-B) + 10%(IBrX-100 Fech) + 5%(INPC + 5%a.a.)	2,30%
Meta Atuarial: 100% (INPC + 5%a.a.)	10,84%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Segmentos	Retorno Líquido 2013 ¹
Renda Fixa	0,00%
Benchmark: 100%CDI	8,06%
Total	0,00%
Benchmark: 100%CDI	8,06%

1 - Retorno líquido apurado considerando o saldo da conta de cobertura de despesas administrativas.
Benchmark: Termo para índice que serve como parâmetro para comparação dos investimentos.

Modalidades de Aplicação (em R\$)

	Plano Ex-Autarquicos de Benefício	Plano de Benefício I	PGA
Renda Fixa	1.330.800,08	25.999.972,74	409.721,44
Fundos de Investimentos	1.338.760,82	25.914.505,52	308.022,28
Valores a Pagar/Receber	-4.762,56	-69.526,35	0,00
Exigível Contingencial	-10.063,00	-674.614,66	0,00
Depósitos Judiciais	4.068,63	138.799,77	0,00
Caixa (Administrado + Própria)	2.796,19	690.808,46	101.699,16
Renda Variável	79.624,30	2.996.217,74	0,00
Fundos de Investimentos	79.624,30	2.996.217,74	0,00
Imóveis	2.248,72	1.569.657,19	0,00
Imóveis	2.248,72	1.569.657,19	0,00
Total do Patrimônio da Entidade	1.412.673,10	30.565.847,67	409.721,44

Informamos que, em 2013, os resultados apurados nos investimentos dos ativos da Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social, estão em consonância com a Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho da Entidade e divulgada aos participantes. A alocação dos ativos entre os segmentos respeita os limites de aplicação previstos na Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009.

Custos Relacionados a Gestão dos Recursos (em R\$)

PLANO EX-AUTARQUICOS DE BENEFÍCIO

TIPO	ACUMULADO
	2013
Consultoria de Investimentos	2.690
Taxa de Adm. Fundos	3.675
Total	6.365

Obs: Os valores referentes a despesas com consultorias não são utilizados dos rendimentos do período. Despesas pagas pela Patrocinadora.

Custos Relacionados a Gestão dos Recursos (em R\$)

PLANO DE BENEFÍCIO I

TIPO	ACUMULADO
	2013
Consultoria de Investimentos	51.886
Taxa de Adm. Fundos	62.278
Total	114.164

Custos Relacionados a Gestão dos Recursos (em R\$)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

TIPO	ACUMULADO
	2013
Consultoria de Investimentos	0
Taxa de Adm. Fundos	583
Total	583

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2014

PLANOS: Plano Ex-Autarquicos de Benefício Plano de Benefício I Plano de Gestão Administrativa

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano	MARIA ERBENIA RIBAS CAMARGO	456.527.910-04	Interventora Tecnicamente Qualificado

Nº da Ata de Aprovação: N/A

Data de Aprovação pelo Conselho Deliberativo: N/A

Indexador por Plano/Segmento

Segmento	PLANO EX-AUTARQUICOS DE BENEFÍCIO E PLANO BENEFÍCIO I			PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
	Mínimo	Máximo	Alvo	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	72,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	20,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	8,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Indexador por Plano/Segmento - Plano Ex-Autarquicos de Benefício e Plano de Benefícios I

Segmento	Participação	INDEXADOR		Taxa de Juros
		%	Tipo	
Renda Fixa	65,00%	100,00%	CDI	0,00%
Renda Fixa	35,00%	100,00%	IMA-B	0,00%
Renda Variável	100,00%	100,00%	IBRX-Fech	0,00%
Imóveis	100,00%	100,00%	INPC	5,00%
Plano	55,25%	100,00%	CDI	0,00%
Plano	29,75%	100,00%	IMA-B	0,00%
Plano	10,00%	100,00%	IBRX-Fech	0,00%
Plano	5,00%	100,00%	INPC	5,00%
Meta Atuarial	100,00%	100,00%	INPC	5,00%

Indexador por Plano/Segmento - Plano de Gestão Administrativa

Segmento	Participação	INDEXADOR		Taxa de Juros
		%	Tipo	
Renda Fixa	100,00%	100,00%	CDI	0,00%
Plano	100,00%	100,00%	CDI	0,00%

Controle de Riscos

Tipo		Tipo	
Risco de Mercado (DNP)	X	Risco Operacional	X
Risco Legal	X	Risco de Contraparte (Crédito)	X
Risco de Liquidez	X		

Derivativos: A Entidade aplica em derivativos em conformidade com a Resolução CMN 3792 e demais legislações aplicáveis.



FUNDAÇÃO SILIUS

FUNDAÇÃO SILOS E ARMAZÉNS DE SEGURIDADE SOCIAL - SILIUS

Rua Grão Pará, 345 - Bairro Menino Deus - CEP 90850-170 - Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3233.5955 - Fax: (51) 3231.6467

E-mail: silius@silius.com.br